



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**SILVANA MENDES DA SILVA**

**CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2018**

**SILVANA MENDES DA SILVA**

**CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Vanessa Ingrid da Costa Cardoso.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2018**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

S583c

Silva, Silvana Mendes da.

Convivência com o semiárido e as políticas públicas / Silvana Mendes da Silva. - 2018.  
40 f. : il. color.

Monografia (especialização) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Vanessa Ingrid da Costa Cardoso.

1. Política pública - Bahia. 2. Semiárido (BA) - Atividades políticas. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 320.6098142

**SILVANA MENDES DA SILVA**

**CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: 03/07/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Vanessa Ingrid da Costa Cardoso (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Maria Guimarães Callado**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alessandra Carvalho de Vasconcelos**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

A Deus.

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos e afilhados e  
aos meus amigos que sempre encorajam.

## **AGRADECIMENTOS**

Compreendo que a finalização deste curso não seria possível sem o apoio de muitas pessoas que fazem parte do meu cotidiano e de diversas maneiras contribuíram para que eu seguisse no meu propósito.

Para Deus fica a minha maior gratidão! Ele que me inspira em todos os momentos, fonte da inteligência e da sabedoria!

Um agradecimento especial para minha amiga Flavia Fernandes que me impulsionou para a realização desse curso e por todos os momentos compartilhados até aqui.

Agradeço aos meus pais, irmãos, sobrinhos e afilhados e a todos os familiares que sempre confiaram na minha capacidade e estiveram ao meu lado por todo esse tempo, entendendo meus instantes de ausência, sabendo respeitar inclusive os estresses e ansiedades.

Gratidão aos colegas da pós-graduação com os quais tive o imenso prazer de compartilhar os conhecimentos adquiridos, dividir angustias, experiências e deliciosas pipocas. Especialmente a Ana Paula Ruiz minha companheira dos rodízios de caronas e dos estudos frequentes.

Aos professores, tutores presenciais, principalmente a Joilma Menezes que esteve sempre disponível em ajudar e a todos os demais funcionários da Unilab.

A minha orientadora pelas valiosas contribuições e aos membros da banca examinadora pelo compromisso e disponibilidade.

Aos colegas de trabalho que me auxiliaram com materiais sobre o tema, com esclarecimento de dúvidas e pela convivência diária.

A população do Semiárido forte e lutadora que jamais perde as esperanças de melhores condições de vida. E também àqueles que, mesmo com todas as adversidades encontradas, trabalham no processo de construção de intervenções que possibilitem atender às necessidades dessa gente!

"Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso..."

João Guimarães Rosa, em Grande Sertão:  
Veredas

## RESUMO

Este estudo tem o intuito de resgatar reflexões que permitam compreender a contribuição das políticas públicas no enfrentamento das adversidades da região semiárida, com vistas a alcançar melhores condições de vida para a população. Assim, a pesquisa teve por objetivo geral analisar os desafios para a integração de políticas públicas, capazes de transformar a realidade da região semiárida e garantir uma convivência mais amena, sobretudo para a população do meio rural considerando as particularidades do semiárido. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa descritiva, realizada no município de Salvador no Estado da Bahia, em órgãos da administração pública estadual, onde participaram das entrevistas, dez servidores públicos de diversas áreas. Os principais resultados apontaram que a maioria dos entrevistados trabalham com políticas públicas que beneficiam especificamente o semiárido com ações estruturantes de saneamento, onde foram destacadas a implantação de diversas tecnologias sociais de estímulo a convivência com o semiárido. Os respondentes confirmaram que são agregadas ações conjuntas entre as áreas de governo e apontaram a Gestão/Governança intersetorial e a garantia de recursos financeiros/orçamentários como principais desafios para a integração de Políticas Públicas. Conclui-se que, as políticas públicas para o semiárido possuem um papel fundamental para a minimização das vulnerabilidades provocadas pelos efeitos climáticos característicos dessa região.

**Palavras-chave:** Política pública - Bahia. Semiárido (BA) - Atividades políticas.

## **ABSTRACT**

This study intends to rescue reflections that allow understanding the contribution of public policies in coping with the adversities of the semi-arid region, with a view to achieving better living conditions for the population. Thus, the main objective of the research was to identify how the particularities of the semi-arid region become challenges for the integration of public policies, capable of transforming the reality of the semi-arid region and ensuring a more peaceful coexistence, especially for the rural population. It is a qualitative-descriptive study, carried out in the city of Salvador in the state of Bahia, in state public administration bodies, where ten public servants from different areas participated in the interviews. The main results indicated that the majority of the interviewees work with public policies that specifically benefit the semi-arid with sanitation structuring actions, where the implementation of various social technologies to stimulate the coexistence with the semi-arid region were highlighted. Respondents confirmed that joint actions between government areas are aggregated and pointed to intersectorial Management/Governance and the guarantee of financial/budgetary resources as main challenges for the integration of Public Policies. It is concluded that the public policies for the semi-arid region play a fundamental role in minimizing the vulnerability caused by the climatic effects characteristic of this region.

**Keywords:** Public policy - Bahia. Semi-arid (Bahia) - Political activities.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ANA** - Agência Nacional de Águas

**ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural

**CadÚnico** - Cadastro Único para Programas Sociais

**CAR** - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

**CERB** - Companhia de Engenharia e Recursos Hídricos da Bahia

**Codevasf** - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

**ENOS** - El-Niño-Oscilação Sul

**FIPLAN** - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

**IBGE** – Instituto Brasileiro de geografia e estatística

**LOA** - Lei Orçamentária Anual

**MDSA** - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**P1MC** - Programa Um Milhão de Cisternas Rurais

**PPA** – Plano plurianual

**SAN** - Segurança Alimentar e Nutricional

**SDR** - Secretaria de Desenvolvimento Rural

**SECTI** - Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação

**SEI** - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

**SEMA** - Secretaria de Meio Ambiente

**SESAB** - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia

**SG** - Sistema de Gestão de Ações Prioritárias, Projetos, Programas e Portfólios

**SIHS** - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia

**SJDHDS** - Secretaria da Justiça e Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

**SUDENE** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DO SEMIÁRIDO NORDESTINO</b>	15
2.1	SEMIÁRIDO BAIANO	17
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BAIANO	18
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	21
3.1	TIPO DE PESQUISA	21
3.2	OBJETO DE ANÁLISE E COLETA DE DADOS	21
3.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>	24
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	30
	<b>REFERÊNCIAS</b>	32
	<b>APÊNDICE</b>	36

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos observa-se que vem aumentando o interesse pela implementação de políticas efetivas no semiárido brasileiro, não de combate à seca, mas de construção de políticas de convivência com o semiárido, na perspectiva de fazer com que a população dessa região conviva bem com seu clima, de modo a angariar os benefícios do progresso e do desenvolvimento, para ter uma vida considerada digna e decente.

Conforme Silva (2007, p. 482), “ocorreram mutações significativas nas formas de intervenção no semiárido, no que foi e está sendo feito para superação das suas problemáticas socioeconômicas e ambientais”, reforçando assim a observação supracitada. Já Oliveira (2017, p. 22) afirma que:

[...] as políticas públicas de convivência com os efeitos das secas, representadas principalmente pelas tecnologias sociais de convivência com o semiárido, têm proporcionado às famílias beneficiadas, sobretudo as mais carentes, uma melhoria nas condições de vida, capacitando-as para conviverem harmonicamente com os períodos de estiagem.

Para tanto, é importante que haja uma desconstrução da visão de que semiárido seja sinônimo de fragilidade. Deve-se inicialmente compreender que seca é um evento climático natural e que a causa mais comum para sua ocorrência é a falta de precipitações (CONCEITO.DE, 2013). Além disso, é fundamental considerar a desconcentração de elementos como a terra, a água, as tecnologias e assistência técnica, bem como assumir um compromisso com as necessidades e potencialidades da população local, além de reconhecer sua diversidade étnica e cultural (BAPTISTA; CAMPOS, 2014). Diversos desses elementos estão em marcha e fazem parte de políticas governamentais, porém ainda estão aquém das demandas e das potencialidades do semiárido e das suas populações.

Embora nas últimas décadas, o Brasil tenha construído políticas públicas que facilitaram a permanência e o trabalho das famílias nos seus municípios, desenvolvendo políticas e ações estruturantes, segundo observações do Banco Mundial (2016), encontrar caminhos para integrá-las, talvez se constitua um dos grandes desafios atuais.

Os governos atuais, sejam federal, estadual ou municipal, possuem instrumentos para fazer funcionar as políticas, a exemplos do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) que identifica quem são os agricultores familiares e o que produzem, e da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Dados do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2015) apontam que até

2015 foram distribuídas e instaladas mais de 800 mil cisternas, através do programa “Água para Todos”, lançado em 2011. São exemplos de tecnologias como essa, apropriada ao contexto de um ambiente com características peculiares que contribuem para que as famílias consigam conviver com a estiagem. Portanto, faz-se necessário coordenar todas essas ações para que se possa fornecer o benefício de forma integrada.

Ao mapear os municípios da região semiárida do Brasil, o IBGE (2017) classifica-os como áreas especiais de hidrografia pobre, em seus amplos aspectos, como reflexo das condições climáticas dominantes da semiaridez. Assim, o referido Instituto afirma que suas “condições hídricas são insuficientes para sustentar rios caudalosos que se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações” (IBGE, 2017, s/n).

De acordo com o Relatório do Grupo Interministerial de Trabalho do Ministério da Integração e Portaria Ministerial n. 89, publicada em 17 de março de 2005 (BRASIL, 2005), o Brasil possui uma área equivalente a 969.589,4 km<sup>2</sup>, classificada oficialmente como semiárido brasileiro, abrangendo um total de 1.133 municípios e uma população em torno de 21 milhões de habitantes.

Sabe-se que o semiárido brasileiro tem características bastante específicas, diferente das demais áreas demográficas do país. É uma área de enorme complexidade e diversidade.

As regiões semiáridas são caracterizadas, de modo geral, pela aridez do clima, pela deficiência hídrica com imprevisibilidade das precipitações pluviométricas e pela presença de solos pobres em matéria orgânica. O prolongado período seco anual eleva a temperatura local, caracterizando a aridez sazonal. Conforme essa definição, o grau de aridez de uma região depende da quantidade de água advinda da chuva (precipitação) e da temperatura que influencia a perda de água por meio da evapotranspiração potencial (ASA, 2017, s/n).

Diante dessas realidades, cabe refletir de que forma as particularidades do Semiárido se tornam desafios para a integração de políticas públicas e como estes desafios, podem contribuir no enfrentamento das adversidades da região e alcançar melhores condições de vida. Pensar em políticas de Estado, permanentes, duradouras, políticas públicas com densidade, objetivos e com capacidade de financiamento é essencial para provocar algum impacto na realidade social e econômica dos indivíduos inseridos num determinado contexto. Desenvolver políticas voltadas para a convivência com o Semiárido visa fundamentalmente diminuir vulnerabilidades.

A política pública tem como finalidade responder a um problema interpretado como sendo social, e dela participam diversos atores, cuja relação envolve interação e

principalmente conflito. Estes atores participam, de uma forma ou outra, dos processos das políticas, porque os resultados delas interferirão em suas atividades (RUA, 2012). Dessa forma é relevante ponderar a capacidade de influência dos diversos atores sociais na formulação das políticas públicas, para que estas consigam atender de forma mais positiva as necessidades da sociedade.

Nesse contexto de realidade, no qual o semiárido se insere, encontra-se o problema desse presente estudo: como as particularidades do semiárido se tornam desafios para a integração de políticas públicas, capazes de transformar a realidade do semiárido, em especial no estado da Bahia?

Assim, pretende-se alcançar o seguinte objetivo geral: analisar os desafios para a integração de políticas públicas, capazes de transformar a realidade da região semiárida e garantir uma convivência mais amena, sobretudo para a população do meio rural considerando as particularidades do semiárido e como objetivos específicos: identificar os aspectos que caracterizam a região semiárida, em especial do estado da Bahia; identificar qual o papel das políticas públicas no desenvolvimento local ou como meio de reduzir as diferenças sociais; analisar os principais desafios para que haja uma integração de políticas públicas que sejam eficazes na transformação das dificuldades vivenciadas pela população do semiárido baiano; apresentar algumas das ações desenvolvidas na Bahia, principalmente as realizadas pelo Governo do estado, nos últimos dez anos, que tenham contribuído para minimizar os impactos da seca no semiárido.

A presente monografia foi dividida em quatro seções, a saber: a primeira visa caracterizar a região semiárida, dando destaque ao estado da Bahia; a segunda seção aborda a importância das políticas públicas no desenvolvimento local ou como meio de reduzir as diferenças sociais; a seção três tem o intuito de analisar os principais desafios na integração de políticas públicas eficazes na transformação das dificuldades vivenciadas pela população do semiárido baiano e o quarto e último apresenta algumas das ações desenvolvidas na Bahia, que contribuiriam para minimizar os impactos da seca no semiárido.

## 2 CARACTERÍSTICAS DO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Esta seção é destinada a caracterizar o semiárido do Nordeste brasileiro, com destaque ao Semiárido baiano, ressaltando suas principais peculiaridades. Para Gualdani (2016) o semiárido Nordeste foi criado a partir de determinações legais e políticas, sendo um espaço geográfico construído baseado em parâmetros climáticos, apesar das incontáveis características que demonstrem sua diversidade e riqueza cultural.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010, s/n) “o Nordeste brasileiro abrange uma área de 1,54 milhões km<sup>2</sup>, que corresponde a 18% do território nacional e abriga 44,8 milhões de habitantes, os quais representam 28% da população brasileira”. Nesta região localiza-se o Semiárido que possui uma extensão de 969.589 km<sup>2</sup>, representando 11% do território nacional, e com 22 milhões de habitantes, é a região semiárida mais populosa do mundo.

Vieira (2010, p. 23) aponta que “de acordo com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, no final da década de 1980, a área demarcada como semiárida foi oficialmente criada pela SUDENE, a partir da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989”. O critério principal para a sua delimitação foi o da precipitação pluviométrica, tendo como parâmetro, as localidades que apresentam precipitação média inferior a 800 milímetros.

A atual demarcação do semiárido brasileiro segue a Portaria do Ministério da Integração Nacional do ano de 2005, que delimita a região de acordo com pelo menos um dos três critérios: “precipitação média anual inferior a 800 milímetros, índice de aridez de até 0,5 e risco de seca maior que 60%” (INSA, 2012 apud GUALDANI, 2016).

O Bioma mais representativo do semiárido no país é a Caatinga, possuindo uma área aproximada de 844.453 km<sup>2</sup>, sendo considerado um bioma completamente brasileiro (IBGE, 2010). A respeito da Caatinga, Vieira (2010, p. 36) descreve:

A Caatinga é um bioma bastante diversificado, pois apresenta a associação de diversos elementos bióticos agregados a sua forma natural. A Caatinga é a vegetação típica da região, que tem seu nome originado da língua Tupi Guarani, e significa Mata Branca pela coloração que recebe nos períodos mais secos de estiagem. As plantas se adaptam ao clima quente e seco, retendo água em seus espinhos e nos seus caules. Nos períodos de estiagem, as árvores de pequeno porte perdem suas folhagens para evitar a evapotranspiração.

O semiárido Nordeste apresenta também áreas de Cerrado, fragmentos da Mata Atlântica, Biomas Costeiros e Insulares, e Mata de transição e Floresta Equatorial no Meio Norte (Maranhão e parte do Piauí), cita Neves (2010, s/n), e quanto aos recursos hídricos:

O Nordeste está subdividido em seis regiões hidrográficas, sendo as principais: a região hidrográfica do São Francisco, que abrange 521 municípios nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Goiás, além do Distrito Federal; a região hidrográfica da Parnaíba, que abrange os estados do Piauí, e parte dos estados do Maranhão e Ceará; e a região hidrográfica do Atlântico Nordeste Oriental, que abrange os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, partes de Pernambuco e Alagoas (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2006 apud NEVES, 2006). A quantidade atual de açudes existente no semiárido Nordestino, supera os 100 mil, com capacidade de armazenamento de 25 bilhões de metros cúbicos.

Concordando com o supracitado, Teixeira (2016, p. 773) destaca que:

[...] o termo semiárido envolve uma referência climática, que marca uma característica do ecossistema desta região, que é o índice de pluviosidade baixa, isto é, menor de 800mm ao ano. O período de chuva também se restringe a três ou quatro meses durante o ano. Além disso, existe um índice de insolação grande, tendo sol quase todos os dias do ano. A temperatura varia entre 23°C e 27°C. O solo desta região, somado ao clima da região é apontado por estudiosos como propenso à desertificação.

Ainda conforme Vieira (2015), apesar de ser um problema das terras secas, o seu efeito é sentido em vários outros ambientes e sociedades. Sem ter como sobreviver as pessoas acabam abandonando suas terras e migram para os grandes centros urbanos à procura de melhores condições de vida. O êxodo das áreas afetadas para centros urbanos desencadeia outros problemas sociais, associados à falta de emprego, moradia e estruturas educacionais e de saúde.

A seca foi registrada pela primeira vez no século XVI e só passou a ser considerada como problema relevante no século XVIII, depois que se efetivou a penetração da população branca nos sertões, com o aumento da densidade demográfica e com a expansão da pecuária bovina. “As secas passaram a entrar de forma permanente nos relatos históricos enfatizando a calamidade da fome e acusando os prejuízos dos colonizadores e das fazendas de gado” (SILVA, 2007, p. 467).

Desde então, a seca tem sido registrada repetidamente na região, com efeitos danosos principalmente na agricultura, na pecuária e no suprimento hídrico das populações urbanas e rurais. O principal fenômeno meteorológico associado a ocorrências das secas no semiárido Nordestino é o El-Niño-Oscilação Sul (ENOS). “A Região semiárida Nordestina, durante a fase positiva do ENOS, experimenta uma diminuição sazonal das chuvas e conseqüentemente um aumento de intensidade das secas” (NEVES, 2010, s/n).

Na região semiárida, de forma geral, predomina a agricultura de subsistência, que visa atender às necessidades de sobrevivência da família. Existe também a agricultura familiar que tem como objetivo não só atender às necessidades da família, mas ainda comercializar os

excedentes de produção. “Neste espaço predomina, entretanto, a chamada agricultura de sequeiro, caracterizada como aquela que não usa a tecnologia de irrigação”, aponta Teixeira (2016, p. 769).

“Prevalece na região semiárida do Nordeste, a desigualdade na distribuição de terras, exemplificada pela grande quantidade de estabelecimentos rurais com menos de 50 ha (75%) e que corresponde a apenas 12% da área total dos estabelecimentos rurais” (DUARTE, 1999 apud NEVES, 2010, s/n). Essas propriedades em função das condições climáticas e ambientais da região, não são auto-sustentáveis, podendo ter, nos períodos de seca, perda completa das lavouras e dos rebanhos, levando seus proprietários a se somar a grande massa de flagelados. Em contrapartida, nos últimos anos, a economia do semiárido Nordestino, “apresentou diversas transformações, principalmente tecnológica, tendo se modernizado, não sendo suficientes para modificar o quadro sócio-econômico-cultural da região” (NEVES, 2010, s/n).

## 2.1 SEMIÁRIDO BAIANO

A Bahia é apontada como o terceiro estado mais vulnerável às mudanças climáticas no país (CONFALONIERI, 2008 apud VENTURA; FERNANDES; ANDRADE, 2013), sendo o quinto estado em dimensão territorial, equivalendo a 40% da área total do Semiárido brasileiro (VENTURA; FERNANDES; ANDRADE, 2013).

De acordo com o Governo Federal (2017), o mapa do semiárido passa a ter o total de 1.262 municípios. Das cidades incorporadas, 9 delas estão na Bahia, 10 no Ceará, 2 no Maranhão, 6 em Minas Gerais, mais 24 na Paraíba, 1 em Pernambuco e 21 no Piauí. Além desses estados, a região abrange municípios de Alagoas, Sergipe e do Rio Grande do Norte. Na Bahia, os climas semiárido e árido são característicos dos vales dos rios São Francisco, Vaza-Barris, Itapicuru, Paraguaçu, Pardo e Contas, que cortam o Estado (BAHIACIÊNCIA, 2015).

A Bahiaciência (2015) relata que chove em média três meses no ano, e durante o resto do ano, há pouca ou nenhuma precipitação. Desde o primeiro registro de seca feito em 1559 pelo Padre Serafim Leite, houve 72 registros no Sertão da Bahia até o ano 2011, o que corresponde a uma estiagem a cada 6,3 anos, ao longo de 425 anos de observações.

No Estado da Bahia, de acordo com dados da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf (2017) janeiro é um mês considerado o mais chuvoso, as chuvas registradas no período citado ficaram muito aquém da média

esperada, informação obtida pelo Monitor de Secas do Nordeste do Brasil mantido pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Para a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2017) as principais causas da seca na Bahia e no Nordeste são de caráter edafoclimático. Observa que pela localização da região permanece de forma prolongada uma massa de ar quente e seca, que impede uma quantidade suficiente de chuvas. Além do desmatamento que também provoca o aumento da temperatura no Sertão Nordestino tendo como consequências graves prejuízos econômicos aos agricultores.

O problema das secas nesse estado, assim como em outros estados nordestinos, propicia graves consequências sociais, econômicas e ambientais, como a escassez de água, as perdas de cultivos agrícolas e ameaças à biodiversidade. Os resultados da pesquisa de Stringer et al. (2009) sugerem que as mudanças climáticas intensas previstas irão impactar severamente o setor agrícola na região, agindo como um potencial fator de migração para outras regiões do país, necessitando de forma urgente ser considerada na política e no planejamento público brasileiro.

No semiárido baiano vivem os indivíduos que se relacionam de forma harmônica ou conflituosa, de acordo com a situação de cada momento, e também com a natureza, na qual retiram os meios para a sua subsistência (OLIVEIRA, 2015). Essas pessoas construíram ao longo do tempo, condições próprias que lhe dão condições de viver nas situações mais adversas, que vão desde um universo cultural bem peculiar, que envolve o enfrentamento da seca, misturando sentimentos de sofrimento, dor, esperança, alegria, ou simplesmente não ter de onde retirar meios de sobrevivência; refletindo na atual situação socioeconômica desse povo.

Assim é possível observar que o semiárido tem uma extensão territorial considerada a região mais populosa do mundo, sendo a Bahia o quinto maior estado dessa dimensão. Além de que suas características ambientais influenciam em secas permanentes provocadas pelas constantes ausências de chuvas, causando efeitos danosos em diversas áreas como agricultura, saúde, economia, entre outras.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BAIANO

De acordo com Melazzo (2010) política é um conceito abrangente, que pode ser compreendido enquanto ciência dos fenômenos referentes ao Estado ou ao Governo; sistema de regras que dizem respeito à direção dos negócios e à administração pública; arte de

governar os povos. Refere-se ao poder, resolução de conflitos ou mecanismos de tomadas de decisão.

Já o termo Políticas Públicas, para Agum, Riscado e Menezes (2015) compreende a discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo, concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas; isto é, o campo de construção e atuação de decisões políticas. Melazzo (2010) acrescenta reforçando que a Política Pública pode ser compreendida como um campo de investigação que nasce da ciência política, como o seriam as investigações em torno do estudo de governos, administração pública, relações internacionais e comportamento político.

No entanto, as políticas públicas de secas, conforme cita Campos (2014) somente iniciaram após o governo reconhecê-las como problema nacional e agir no sentido de solucioná-las. Isso só aconteceu com a tragédia e repercussão mundial da Grande Seca de 1877 a 1879, quando morreram centenas de milhares de pessoas.

Ainda conforme o autor supracitado, com a Constituição de 1988, os estados começam a ter maior importância no arcabouço institucional e na formulação de políticas de mitigação das secas. O debate internacional em termos de desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento de uma política de gestão de águas, que chegaram ao Brasil, representam um ponto importante nas políticas públicas das secas, como forma de subsidiar ações e propostas de políticas de convivência com o semiárido.

Oliveira (2017, p.23) traz importantes contribuições referentes às políticas públicas de combate à seca, com destaque para as relacionadas a ações de convivência desenvolvidas na região do semiárido:

[...] são disseminadas pelos de órgãos estatais e apresentam uma nova perspectiva para a população local, principalmente aquelas pessoas que têm suas vidas afetadas direta ou indiretamente pelos efeitos da estiagem. Elas evidenciam principalmente a ação do Estado na busca por soluções para a boa vivência da população nessa faixa do nosso país, que nos últimos anos tais através a minimização dos prejuízos causados pelas secas. [...] Além de atuarem fortemente por meio das tecnologias sociais de captação, armazenamento e utilização da água, as políticas públicas no semiárido têm atuado amplamente em áreas como a produção agrícola, pecuária, indústrias, turismo, setor de serviços.

Assim, Machado, Dias e Silva (2017) enfatizam que políticas públicas de convivência são conceituadas sob uma ótica cultural orientadora para o desenvolvimento sustentável no semiárido, buscando a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de ações socioeconômicas e tecnológicas apropriadas que se coadunam com a preservação dos recursos naturais.

Exemplos de políticas públicas de convivência com o semiárido podem ser destacadas, de acordo com os autores acima: criação de programas governamentais baseados em tecnologias sociais hídricas de baixo custo e de implantação em qualquer sítio, independente da rede de drenagem fluvial ou ocorrência de aquíferos, a exemplo do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), em 2003, e o Água para Todos em 2011, nos quais as cisternas para armazenamento de águas de chuva são os componentes essenciais. A transposição de águas entre bacias hidrográficas também tem sido utilizada como solução para suprir regiões carentes de água. Nessas obras, de caráter estruturante, são empregadas estruturas hidráulicas de condução de água do tipo adutoras em tubulações pressurizadas e canais.

Destaca-se também a regulamentação da Lei Estadual de Convivência com o Semiárido (13.572/2016) que estabelece um conjunto de princípios e diretrizes direcionados para o desenvolvimento da região. A referida política é um instrumento de gestão e planejamento intersetorial e transversal de políticas e programas governamentais e ações da sociedade civil, cujo objetivo é assegurar o desenvolvimento das populações do semiárido, além de fortalecer e promover a autonomia da população da região, através da inclusão socioproductiva e geração de emprego e renda, entre outros objetivos.

Assim, Oliveira (2017) aponta que tais políticas são positivas na medida em que possibilitam o desenvolvimento de uma relação harmoniosa entre a população local e o seu espaço de convivência. Por meio de suas práticas, essas políticas auxiliam principalmente agricultores e pecuaristas do semiárido a desenvolverem suas atividades socioeconômicas continuamente sem haver sérios prejuízos por conta da estiagem.

Em resumo, as políticas públicas passaram a ser iniciadas a partir do momento em que o governo as reconheceu como um problema nacional requerendo soluções. Foi realizado um debate internacional onde foram colocadas importantes questões como forma de subsidiar ações e propostas de políticas de convivência com o semiárido.

### 3 METODOLOGIA

Esta seção dispõe os procedimentos metodológicos adotados no presente estudo.

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa-descritiva. Minayo (2008) aponta que, na pesquisa qualitativa, o importante é a objetivação, é preciso reconhecer o objeto de estudo, rever criticamente as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias mais importantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, avaliar todo o material de forma contextualizada.

Na pesquisa descritiva os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador (ANDRADE, 2007).

#### 3.2 OBJETO DE ANÁLISE E COLETA DE DADOS

Os sujeitos da pesquisa foram 10 servidores públicos concursados, em cargo comissionado ou terceirizado que trabalham com ações voltadas para o Semiárido em órgãos, instituições e/ou autarquias da administração pública estadual, sendo escolhidos de forma aleatória.

A pesquisa foi realizada no município de Salvador no Estado da Bahia, nas secretarias do Governo do Estado e respectivas empresas públicas, sendo as seguintes: Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, Secretaria da Justiça e Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia – SIHS, Secretaria de Saúde – SESAB, Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação – SECTI, Casa Civil, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR e Companhia de Engenharia e Recursos Hídricos da Bahia - CERB. A coleta de dados foi realizada entre os dias 28 e 31 de maio de 2018, por meio da aplicação de um questionário eletrônico (APÊNDICE A), uma ferramenta da internet utilizada na coleta dos dados, contendo perguntas abertas e fechadas. A abordagem ao público escolhido foi realizada através das ferramentas da internet como e-mail e aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas, conhecido como Whatsapp, que permitiu

conveniência e mais rapidez na obtenção das respostas, não necessitando a ida até o local de trabalho dos mesmos.

Dentre as principais vantagens do uso da Internet na aplicação de questionários, é possível citar: (1) a conveniência: o respondente pode acessar o questionário de qualquer lugar, desde que tenha um microcomputador conectado à Internet; (2) o custo: o acesso virtual torna-se mais barato; (3) a escala: é possível de trabalhar com grandes amostras; (4) a velocidade: é possível obter as respostas mais rapidamente; e (4) a estética e a atratividade: é possível utilizar imagens, sons e hipertexto na construção dos questionários (NASCIMENTO NETO, 2004).

Para garantir a eficácia do questionário foram seguidas as recomendações de Marconi e Lakatos (1999, p. 100): (1) os temas escolhidos estavam de acordo com os objetivos da pesquisa, (2) o questionário foi limitado em sua extensão e em sua finalidade, pois um questionário muito longo causa cansaço e desinteresse e um questionário muito curto pode não oferecer informações suficientes, (3) as questões foram codificadas, a fim de facilitar a posterior tabulação, (4) foi acompanhado de orientações sobre como respondê-lo, (5) o aspecto e a estética foram observados.

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados foram agrupados e ordenados convenientemente, acompanhados de gráficos, para dar mais clareza na interpretação dos resultados.

A análise dos resultados foi feita utilizando-se o método de análise de conteúdo. Silva; Fossa (2015), descreve um roteiro para condução da análise dos dados, com o objetivo de traduzir e dar sentido aos dados coletados. Essas etapas são divididas em três fases: Pré-análise, quando é feita leitura geral e organização do material, para relacionar as ideias iniciais colocadas pelo referencial teórico e criar indicadores para interpretação das informações coletadas; Exploração do material, que consiste na separação de pontos importantes, definição de palavras-chaves, síntese de parágrafos para classificar em categorias (iniciais, intermediárias e finais) com o objetivo de possibilitar inferências, dando significado e sentido ao que foi dito pelos entrevistados; e Interpretação, que é a captação dos conteúdos manifestos (declarados) e latentes (ocultos) no material coletado.

A análise comparativa foi realizada através da avaliação das relações existentes entre as diversas categorias identificadas na análise do conteúdo, destacando aspectos considerados semelhantes e os que foram compreendidos como diferentes, realizadas

confrontações bibliográficas e apresentadas as sugestões encontradas ou definidas na revisão realizada.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nas áreas relacionadas os entrevistados responderam ao instrumento de coleta de forma espontânea. A maioria dos entrevistados respondeu que trabalha com políticas públicas que beneficiam especificamente o semiárido com ações estruturantes de saneamento. Foram identificados, em especial, o abastecimento de água, através da construção de barragens, adutoras, construção de sistemas de distribuição, perfuração de poços, cisterna de consumo humano, além da implementação de tecnologias voltadas para auxiliar na produção, como barreiro trincheira familiar, barreiro comunitário, limpeza de aguada e outros métodos voltados ao atendimento da população local do semiárido baiano. Também foram citadas pelos respondentes as políticas de apoio à agricultura familiar, de produção de alimentos, geração de trabalho, emprego e renda, entre outras.

Buscando evidenciar as ações apresentadas pelos entrevistados, foi possível observar que o Governo da Bahia implantou 282.384 cisternas e outras tecnologias para produção, entre 2007 até 2014 (Governo do Estado da Bahia, 2014). O acesso à água no Semiárido Baiano, como em toda a área rural do mundo, é essencial para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a qual está ligada à educação, ao saneamento básico, à sustentabilidade ambiental e ao controle das doenças infecciosas (BORJA et al., 2015). Além disso, dados do governo federal demonstram que de 2011 a 2016 foram implantadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, em especial no semiárido da Região Nordeste e Norte de Minas Gerais, um total de 399.313 tecnologias de abastecimento de água, sendo 391.280 cisternas, 2.545 sistemas coletivos, 752 perfurações de poços, 145 barragens subterrâneas, 1.025 barreiros e 555 tecnologias de tratamento de água (BRASIL, 2016). A observação desses dados realça as ações implementadas especificamente no semiárido pelo Governo da Bahia, de acordo com os respondentes.

Outra resposta obtida para o questionamento supracitado foi a elaboração do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido, em construção, conforme salientado pelo respondente, visando atender à Política Estadual de Convivência com o Semiárido. Conforme mencionado no capítulo deste estudo, concernente a políticas públicas de convivência com o semiárido baiano, a Política Estadual de Convivência com o Semiárido está designada a assegurar o desenvolvimento, fortalecer e promover a autonomia das populações do Semiárido, por meio da inclusão socioproductiva, entre outros objetivos. A finalização do Plano Estadual, referido pelo entrevistado, servirá para atender aos objetivos estabelecidos na mencionada Política.

Quanto ao monitoramento das ações, todos os entrevistados citaram a realização deste ciclo da política pública. No entanto, quanto ao uso de ferramentas, foi identificado que há uma diversidade delas para atender a cada projeto, embora a maior parte tenha informado que faz uso do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - Fiplan e do Sistema de Gestão de Ações Prioritárias, Projetos, Programas e Portfólios – SG como instrumentos de monitoramento, ambas de acesso restrito aos gestores públicos.

Fiplan é o Sistema Integrado de Planejamento e Finanças, trata-se de uma ferramenta online de gestão e controle orçamentário e financeiro do Estado da Bahia e conforme cita Sefaz – MT (2009), visa suprir na Bahia a necessidade de integração e controle entre as atividades de planejamento e execução orçamentárias nos sistemas atuais, melhorar a gestão e aperfeiçoar a aplicação dos recursos, através do acompanhamento da execução física e financeira dos programas e ações de Governo, especialmente daquelas sob a responsabilidade do Poder Executivo, que compõem o PPA e LOA, além de estar aderente às modificações contábeis propostas pelo Governo Federal.

Já o monitoramento realizado através do SG utiliza uma ferramenta de software, a plataforma Channel, para gerir os programas, ações e projetos com base no planejamento do governo. A referida plataforma possibilita a definição de metas e o acompanhamento de desempenho dos indicadores da área, criar planos de ações de forma integrada aos indicadores e estratégias, gerenciar demandas conectando as diversas áreas da empresa, entre outras funções (JEXPERTS, 2017).

As duas ferramentas citadas pelos entrevistados reforçam a importância do monitoramento como procedimento de apreciação de processos e resultados, visando alcançar os objetivos estabelecidos na implementação da política pública. Também como resposta foi citada a realização do acompanhamento presencial por pessoas que compõem uma equipe técnica como forma de efetuar o monitoramento, não sendo aplicado neste caso o uso de algum tipo de ferramenta tecnológica como auxiliar.

Segundo Rúa (2012), o monitoramento é um instrumento de gestão das políticas públicas para alcance dos objetivos pretendidos com a política, podendo também ser compreendido como o exame constante de processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas, baseando-se sempre na análise dos dados.

Para a pergunta “Os recursos para execução das ações/programas com as quais trabalha estão previstos no Plano Plurianual – PPA?”, foram obtidas cem por cento (100%) das respostas para sim. Esse resultado demonstra que a execução das políticas públicas deve estar em consonância com o orçamento público compatibilizando o conteúdo dos planos

setoriais com as orientações estratégicas do governo.

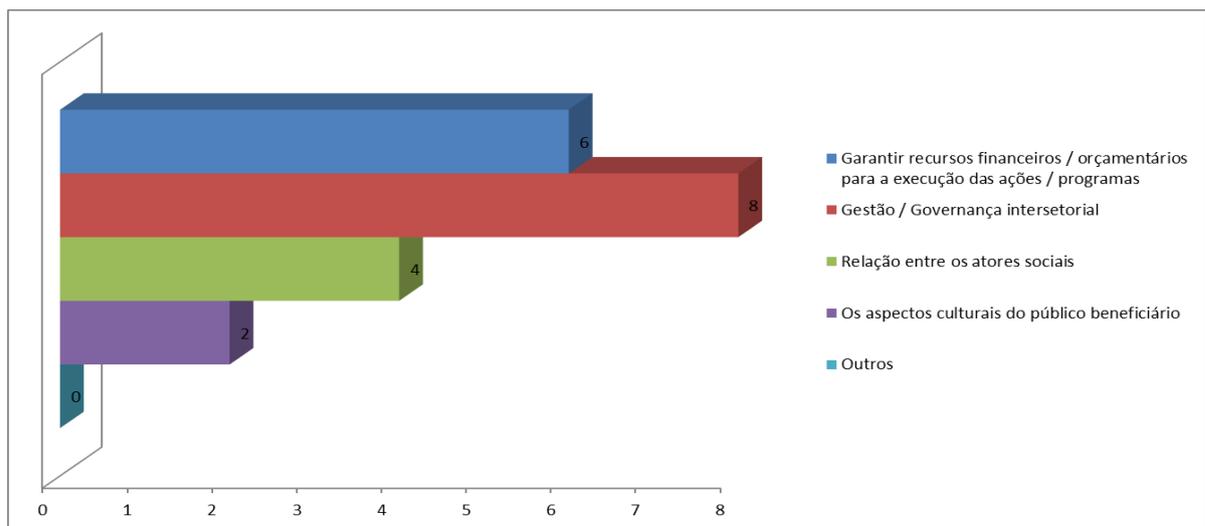
Como forma de investigar a referida questão, o público foi indagado quanto ao fato de ter o recurso previsto no Plano Plurianual - PPA garantiria ou não a execução das ações/programas. O resultado demonstrou que 60% dos entrevistados responderam que não. Segundo a maioria, é possível que não haja garantias para que uma ação/programa tenha sua execução concretizada apenas por estar inserida no instrumento de planejamento.

O Plano Plurianual é o instrumento pelo qual o Governo orienta o planejamento e a gestão da Administração Pública para o período de quatro anos, não bastando apenas definir as metas físicas e financeiras a serem implementadas, mas orientar um plano de ação que indique os objetivos a serem alcançados durante o mandato do chefe do poder executivo (SANTOS, 2010).

Para 90% do público, as ações/programas convergem com demais ações de outra área do governo, confirmando que há transversalidade, ou seja, são agregadas ações conjuntas entre órgãos da administração pública.

Quanto à identificação dos principais desafios para a integração de Políticas Públicas, a maioria apontou a Gestão/Governança intersetorial, seguido de garantia recursos financeiros/orçamentários, como evidencia o gráfico abaixo. Para essa pergunta foi permitido ao público a seleção de mais de uma opção como resposta, incluindo também a possibilidade de descrever demais alternativas que por ventura não tivessem sido sugeridas.

**Gráfico 1** - O(s) principal(principais) desafio(s) para a integração de Políticas Públicas



Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Políticas públicas podem ser definidas como conjuntos de programas, ações e

decisões tomadas pelo governo (nacional, estadual ou municipal) que visam assegurar determinados direitos e de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico, às vezes, tais medidas contam com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados (VALE JÚNIOR et al., 2017).

Como já citado anteriormente, o governo federal vem tentando ampliar e melhorar as condições de vida dos nordestinos. Projetos como à distribuição de água para todos, energia elétrica etc., são exemplos disso, como também as construções e distribuições de cisterna, o canal do sertão, perfurações de poços, açudes, barragem (ANDRADE; MARQUES, 2017). No entanto, Campos (2014) aponta que há ainda muitos desafios, e acrescenta-os, como a erradicação da pobreza, a eliminação das desigualdades regionais, aumentos de conhecimentos na gestão das águas, principalmente no que diz respeito à qualidade das águas dos reservatórios. A redução, ou eliminação, das poluições dos corpos hídricos constitui-se no maior desafio para os futuros governos.

Com relação aos desafios de governança, Santos (1997) esclarece que a mesma se refere ao modo com que os governos articulam e coordenam suas ações, em cooperação com os diversos atores sociais e políticos e sua forma de organização institucional. Uma boa governança é requisito essencial para o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico, a equidade social e direitos humanos.

Para Santos (1997), a governança traz em sua base a capacidade de conduzir os processos de formulação, execução e avaliação de políticas públicas integrando instrumentos e mecanismos de gestão que viabilizem harmonizar as relações econômicas e sociais, privilegiando o fortalecimento das ações governamentais, por meio da eficácia e efetividade dos resultados esperados e da transparência dos processos voltados ao bem-estar da sociedade.

Também na opinião de 90% dos entrevistados a população do Semiárido tem maior carência por Políticas Públicas (ações/programas) específicas. Buscando qualificar o resultado dessa interrogação, foi feita uma pergunta aberta, cujos entrevistados responderam de forma descritiva, quais seriam essas Políticas Públicas (ações/programas), sendo observado várias demandas, conforme tabela abaixo.

**Tabela 1** - Principais carências de políticas públicas específicas para o semiárido.

<b>Políticas Públicas</b>	<b>Frequência</b>
Fortalecimento das produções locais - geradoras de renda; financiamento adequado	04
Saneamento: água para consumo humano e para produção	03
Educação contextualizada	03
Políticas de apoio à agricultura familiar: agroecologia; economia solidária; assistência técnica e extensão rural (ATER)	03
Acesso à terra: titulação e regularização fundiária.	03
Infraestruturas diversas: energia; acesso à internet e tecnologias apropriadas	02
Ações ambientais: revitalização dos recursos hídricos; reecateamento	02
Fortalecimento das manifestações identitárias e ampliação do acesso a bens culturais universais	01
Políticas de proteção social	01
Infraestruturas diversas: energia; acesso à internet e tecnologias apropriadas	01

Fonte: Autor da pesquisa (2018).

Para Ventura, Fernández e Andrade (2013, p.214) a escassez de políticas públicas voltadas para o semiárido como de saneamento e/ou habitação por exemplo, citadas neste presente estudo, compromete não apenas a segurança hídrica e a saúde das famílias, mas também a garantia da produção de alimentos e a “possibilidade de um exercício pleno da cidadania e da construção de uma vida autônoma para as famílias”.

Em resposta à pergunta “A Política Pública com a qual trabalha dispõe de recursos financeiros/orçamentários provenientes de algum Fundo público orçamentário especial?”, 80% do público apontou que sim, possui.

Segundo o artigo 71 da Lei no 4.320 de 17 de março de 1964, que instituiu

normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos da União, Estados e Municípios, “constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam a realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação”. Portanto, as aplicações dos recursos devem seguir as leis orçamentárias, ou seja, é preciso estar vinculado às mesmas. A existência do fundo não garante a execução de ações (LEI n. 4.320, 1964).

Na tentativa de identificar se é feito o uso de alguma ferramenta/instrumento que possibilite avaliar se as ações/programas provocou algum impacto no público/região beneficiada, obteve-se como resultado 60% de respostas sim e 40% não fazem uso de ferramentas para avaliação.

Visando alcançar todos os objetivos definidos nesse objeto de estudo foi incluída mais uma questão como forma de complementar a pesquisa. Aos entrevistados foi perguntado “Em sua opinião as políticas públicas realizadas no semiárido refletiram de alguma forma no local?” Positivamente ou Negativamente? Todos os entrevistados acreditam que as políticas no semiárido refletiram de forma positiva. Esse resultado demonstra concordância com Machado; Dias; Silva (2017), estes afirmam que é reconhecida a evolução das políticas e instituições relacionadas ao enfrentamento dos efeitos da seca. As novas tecnologias sociais hídricas, relativas à captação e armazenamento de água de chuva e à educação contextualizada associada, entre outras, geraram novos referenciais de efetividade para a convivência com o semiárido e para a minimização dos danos das secas.

Dessa forma, os resultados dessa pesquisa vieram contribuir para a construção de um pensamento crítico em relação ao impacto dessas políticas na vida da população do semiárido, acreditando que a convivência é algo viável, o que sugere mais investimentos em políticas públicas.

## 5 CONCLUSÃO

A região semiárida nordestina é caracterizada principalmente, pelo predomínio do bioma da caatinga, constituindo o sertão, apresentando clima seco e quente, com chuvas concentradas nas estações de verão e outono, zona sujeita a períodos cíclicos de secas. O clima sofre a influência do fenômeno como o El Niño. Entre os mais afetados pela seca no semiárido baiano estão o homem e suas atividades produtivas agroextrativistas e pecuárias.

Assim, foi possível evidenciar por meio da pesquisa aplicada, intervenções governamentais que vem beneficiando o semiárido nos últimos anos, tais como: construção de barragens, adutoras, sistemas de distribuição, perfuração de poços, cisterna de consumo humano, além da implementação de tecnologias voltadas para auxiliar na produção, como barreiro trincheira familiar, barreiro comunitário, limpeza de aguada e outros métodos voltados ao atendimento da população do semiárido baiano, em consonância com a Política Estadual de Convivência com o semiárido, fortalecendo às alternativas de convivência com o semiárido brasileiro.

As estratégias de políticas públicas voltadas para a convivência do semiárido baiano vem com o intuito de assegurar e promover o desenvolvimento, fortalecer e promover a autonomia das populações do Semiárido. Há a necessidade de permanente monitoramento, por meio de ferramentas, que busque atender a cada projeto, dentre as quais pode citar, o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - Fiplan e do Sistema de Gestão de Ações Prioritárias, Projetos, Programas e Portfólios – SG, evidenciado neste estudo.

Embora a execução das políticas públicas deva estar em conformidade com o orçamento público compatibilizando o conteúdo dos planos setoriais com as orientações estratégicas do governo, os resultados desse estudo demonstraram que o fato das ações e programas estarem previstos no Plano Plurianual – PPA, não é garantia para que as mesmas sejam efetivadas.

A Gestão e Governança intersetorial, foram considerados os principais desafios para a integração de Políticas Públicas, apontados pela maioria dos entrevistados, sugerindo ser possível concluir que ainda é necessário melhorar a articulação e a coordenação dos processos de políticas públicas e as relações entre os diversos atores sociais e políticos, de forma que haja um fortalecimento das ações de governo, através da integração de instrumentos e mecanismos de gestão. Contudo, muitos outros desafios puderam ser destacados pelos participantes da pesquisa: a erradicação da pobreza, a eliminação das desigualdades regionais, aumentos de conhecimentos na gestão das águas, principalmente no

que diz respeito à qualidade das águas dos reservatórios.

Um fato relevante a ser observado nesse estudo, foi que embora tenham sido listadas uma diversidade de políticas públicas que vem sendo realizadas para o semiárido, especialmente a execução de ações de abastecimento de água para o consumo humano e para produção, estas mesmas ações foram apontadas pelos servidores públicos entrevistados como ainda sendo deficientes na região. Talvez aqui não se trate da população do semiárido ter mais carência de alguma intervenção específica, mas de possivelmente ser historicamente alvo da alocação equivocada de recursos públicos, ficando assim uma lacuna a ser investigada em outro objeto de estudo.

A convergência das ações adotadas pelos governos federal e do Estado da Bahia, indicou que as políticas instituídas ao longo do tempo podem estar contribuindo para a atenuação dos efeitos da seca e para o avanço do desenvolvimento de mais políticas públicas voltadas para o semiárido. Na perspectiva dos participantes da pesquisa, as políticas públicas orientadas para essa região vêm apresentando reflexos positivos no desenvolvimento local. Neste exame puderam ser percebidas a realização de ações estruturantes, sendo reconhecidas a evolução de tecnologias sociais de estímulo a convivência com o semiárido que vem sendo implantadas gradativamente, estando em evidencia entre as tecnologias a captação e o manejo de águas de chuva.

Portanto, em relação aos objetivos do presente estudo, percebe-se que as políticas públicas para o semiárido possuem um papel fundamental para a minimização das vulnerabilidades provocadas pelos efeitos climáticos característicos dessa região. No entanto, ainda é indispensável avançar no desenvolvimento de mais políticas públicas permanentes e duradouras que atendam as infinitas necessidades da população vivente no semiárido.

Como limitações a este estudo, pode-se citar a indisponibilidade imediata dos participantes em responder o questionário e o pouco tempo disponível para a realização de uma pesquisa de campo. Espera-se que esse estudo motive novas pesquisas na área, pois os resultados indicaram que o tema carece de mais discussões. Além disso, o estudo apontou que questões urgentes, a exemplo do fortalecimento das produções locais, de políticas de apoio à agricultura familiar, do acesso à terra, devem ser integradas às políticas existentes para que a qualidade de vida da população rural melhore e assim permitam garantir a dignidade e a sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ANDRADE, C.M.; MARQUES, L.S. Semiárido brasileiro: alguns desafios. **Diversitas Journal**, v. 2, n. 2, p. 279-283, 2017.
- ANDRADE, A.; SILVA, G.B.; ANDRADE, N. O acesso às políticas públicas no semiárido e seu reflexo na heterogeneidade da agricultura familiar: o PNAE em Boquira-BA. **Extensão Rural**, v. 22, n. 2, p. 79-97, 2015.
- ASA. **Semiárido: É no Semiárido que a vida pulsa**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/semiarido>>. Acesso em: 05 jun. 2017.
- BAHIA. Decreto n. 17951, de 22 de set. de 2017. Aprova o Regulamento da Lei nº 13.572, de 30 de agosto de 2016, que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, p. 1-5, set. 2017. Disponível em: <<http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/>>. Acesso em: 24 maio 2018.
- BAHIACIÊNCIA. **O árido e o semiárido baianos**. 25 de março de 2015. Disponível em: <<http://bahiaciencia.com.br/2015/03/o-arido-e-o-semiarido-baianos/>>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- BANCO MUNDIAL - **Secas no Brasil: políticas e gestão proativas**, 2016. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/326291481707684634/pdf/WP-secabrasilweb-PUBLIC-ABSTRACT-SENT.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2018.
- BAPTISTA, Q. N. de; CAMPOS, C.H. **Construindo saberes, cisternas e cidadania: formação para a convivência com o semiárido brasileiro**, Organizadores: Irio Luiz Conti, Elson Schroeder e Vicente Rahn Medaglia, 1ed., vol. 4, Brasília, DF, 2014.
- BARBIERI, A. F.; DOMINGUES, E.; QUEIROZ, B. L.; RUIZ, R. M.; RIGOTTI, J. I.; CARVALHO, J. A. M.; RESENDE, M. F. Climate change and population migration in Brazil's Northeast: scenarios for 2025–2050. **Population and Environment**. May 2010, Volume 31, Issue 5, 2010, p. 344-370.
- BORJA, P.C. et al. **Uso e funcionamento de cisternas e direito à água: um estudo em municípios do semiárido baiano**. XIX Exposição de Experiências Municipais em Saneamento De 24 a 29 de maio de 2015 – Poços de Caldas – MG.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nova Delimitação da Região Semi-árida do Brasil**. Recife, PE, 2008. Disponível em: <[http://siteantigo.sudene.gov.br/conteudo/download/Nova\\_Delim\\_Reg\\_Semi\\_Arida.pdf](http://siteantigo.sudene.gov.br/conteudo/download/Nova_Delim_Reg_Semi_Arida.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2017
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório final: grupo de trabalho interministerial para rede limitação do semiárido nordestino e do polígono das secas**. Brasília, DF, 2005. Disponível em:

<[http://www.cpatsa.embrapa.br/public\\_eletronica/downloads/OPB1839.pdf](http://www.cpatsa.embrapa.br/public_eletronica/downloads/OPB1839.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2017.

BRASIL. **Portal Brasil**: Infraestrutura. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/03/agua-para-todos-ja-instalou-804-6-mil-cisternas>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BRASIL. **Portal Brasil**: Economia e Emprego. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

CAMPOS, J.N.B. **Secas e políticas públicas no semiárido**: ideias, pensadores e períodos. Estudos avançados, 28 (82), 2014.

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Comunidades rurais do semiárido baiano são estruturadas pela Codevasf para conviver com estiagem**. Última modificação 13/03/2017. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2017-1/comunidades-rurais-do-semiarido-baiano-sao-estruturadas-pela-codevasf-para-conviver-com-estiagem/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CONCEITO.de. **Seca**: O que é, Definição e Significado. Disponível em: <<http://conceito.de/seca>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

ELVIS PANTALEÃO F.; BRITO, L.T. de L.; CAVALCANTI, N. de B.C.; NETO, F.C.R. Cisternas de produção para melhoria da qualidade de vida no Semiárido do estado de Pernambuco. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. VOL. 10, Nº 4, p. 13 - 19, out-dez, 2015.

GONÇALVES, M. do S. **Experiência de Gestão Participativa no Enquadramento de Corpos D'água no Semi-Árido**. Caso de Estudo: Rio Salitre - Bahia. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

GOVERNO DO BRASIL. **Inclusão de municípios no semiárido brasileiro possibilita apoio federal**. Novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2017/11/inclusao-de-municipios-no-semiarido-brasileiro-possibilita-apoio-federal>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

GUALDANI, C. **Tecnologias sociais para convivência com o semiárido a experiência de agricultores familiares do sertão alagoano**. Dissertação (Departamento de Geografia da Universidade de Brasília), Brasília, 2016.

IBGE. **Geografia**. Áreas Especiais: Cadastro de Municípios localizados na Região Semiárida do Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiarido.shtm?c=4>>. Acesso em: 03jun. 2017.

JEXPERTS. Gestão estratégica de TI: **Plataforma Channel**. Disponível em: <<http://www.jexperts.com.br/solucoes-gestao-e-governanca-de-ti/channel-gestao-estrategica-de-ti/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

Lei n. 4320, de 17 de mar. de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/14320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/14320.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2018.

MACHADO, T.T.V.; DIAS, J.T.; SILVA, T.C. Evolução e avaliação das políticas públicas para a atenuação dos efeitos da seca no semiárido brasileiro. **Gaia Scientia** (2017). v. 11(2): 84-103.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MELAZZO, Everaldo Santos. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. *Tópos*, v. 4, n.2, 2010.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NETO, R. V. N. **Impacto da Adoção da Internet em Pesquisas Empíricas: Comparações entre Metodologias de Aplicação de Questionários**. Anais do Enanpad, 2004.

NEVES, J.A.; MELO, S. de B.; SAMPAIO, E.V.S.B. **Um índice de susceptibilidade ao fenômeno da seca para o semiárido nordestino**, XVI Congresso Brasileiro de Agrometeorologia – 18 a 21 de Julho – SESC Centro de Turismo de Guarapari, Guarapari – ES. Disponível em:< <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7063>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

Números da Bahia 2007-2014. **Bahia Governo, terra de todos nós, 2014**. Disponível em:<<http://hostnave.com.br/pdf-ipad-balanco-8-anos/Numeros-da-bahia-8-anos-iPad.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

**Plano Plurianual (PPA) - Guia de Apoio à Gestão Estadual**. Disponível em:< [www.conass.org.br/guiainformacao/plano-plurianual-ppa](http://www.conass.org.br/guiainformacao/plano-plurianual-ppa)>. Acesso em: 02 jun. 2018.

PROVALORE. **Governança pública – saiba a diferença entre governança e gestão**. Disponível em:< <https://www.provalore.com.br/governanca-publica-saiba-a-diferenca-entre-governanca-e-gestao>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

OLIVEIRA, I.F de. **Semiárido baiano: a dinâmica contraditória do desenvolvimento**. Editora Baraúna, 5ed., São Paulo: 2015.

OLIVEIRA, J.G. de. Avaliação das Políticas Públicas de Convivência com os Efeitos da Seca na Zona Rural do Povoado de Barra Nova, Várzea do Poço, Bahia. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 21 (2017), n.2, p. 22-33.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. 2. ed. Florianópolis, SC. 2012.

SANTOS, R. de C. **Plano plurianual e orçamento público**. Departamento de Ciências da Administração. UFSC. Florianópolis/SC. 2010.

SANTOS, M. H. C. (1997). “**Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil pós-constituente**”. v. 40, nº 3. Rio de Janeiro, RJ.

SEFAZ – MT. **Governo da Bahia adota o sistema Fiplan do Governo de MT**, 2009. Disponível em: <<http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/governo-da-bahia-adota-o-sistema-fiplan-do-governo-de-mt>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SEPLANTEC - **Programa de desenvolvimento sustentável da região do semiárido do Estado da Bahia**. Salvador, Maio, 2014.

SILVA, R.M.A. da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007.

SILVA, J.A. da et al. Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no semiárido brasileiro. **Journal of Biology & Pharmacy and Agricultural Management**, v. 12, n. 3, 2016.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. Campina Grande – PB: **Qualitas Revista Eletrônica**. 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>>. Acesso em: 19 set. 2017.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, 2017. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2465:sei-analisa-impactos-da-seca-no-estado-da-bahia-nos-anos-de-2016-e-2017&catid=10&Itemid=565](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2465:sei-analisa-impactos-da-seca-no-estado-da-bahia-nos-anos-de-2016-e-2017&catid=10&Itemid=565)>. Acesso em: 25 abr. 2018.

TEIXEIRA, M.N. **O sertão semiárido**. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 3 Setembro/Dezembro 2016.

VALE JÚNIOR, J.F. do et al. Composição da assembleia de formigas em área de savana no norte da Amazônia. **Revista Agro@mbiente On-line**, v. 11, n. 2, p. 153-162, abril-junho, 2017

VENTURA, A.C.; FERNÁNDEZ, L.L.; ANDRADE, J.C.S. Tecnologias sociais para enfrentamento às mudanças climáticas no semiárido: caracterização e contribuições. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, p. 213-238, 2013.

VIEIRA, R. **O Gênero e a Gestão da Água no Semiárido da Paraíba: O Caso da Comunidade de Lajedo de Timbauba – Soledade/PB**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba PPGG/UFPB), João Pessoa, 2010.

VIEIRA, R.M. de S.P. **Susceptibilidade à degradação/desertificação no semiárido brasileiro: tendências atuais e cenários decorrentes das mudanças climáticas e do uso da terra**. Tese (Doutorado do Curso de Pós-Graduação em Ciência do Sistema Terrestre), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, São José dos Campos, 2015.

**APÊNDICE**

## INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

### Questionário - Políticas Públicas para o Semiárido

Este instrumento é parte da monografia de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, realizada por Silvana Mendes. As questões apresentadas visam identificar de que forma as particularidades do Semiárido se tornam desafios para a integração de Políticas Públicas, capazes de transformar a realidade da região semiárida e garantir uma convivência mais amena, sobretudo para a população do meio rural. Esta pesquisa tem finalidade exclusivamente acadêmica. Todo o conteúdo informado neste questionário é confidencial e será preservado o anonimato dos participantes.

Políticas públicas são ações e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em demais leis, visando o benefício dos cidadãos.

#### **\* Obrigatórias**

1. A Política Pública com a qual trabalha está direcionada para qual área social? \*

---

2. A Política Pública com a qual trabalha beneficia o Semiárido com ações específicas para essa região? \*

( ) SIM      ( ) NÃO

2.1. Caso a resposta anterior tenha sido sim: Qual(Quais) ação(ões)?

---

---

---

3. As Políticas Públicas (ações/programas) com as quais trabalha são monitoradas? \*

SIM     NÃO

3.1. Caso a resposta anterior tenha sido sim: É utilizada alguma ferramenta para o monitoramento?

SIM     NÃO

3.2. Caso a resposta anterior tenha sido sim: Qual (quais) ferramenta(s)?

---

---

---

4. Os recursos para execução das ações/programas com as quais trabalha estão previstos no Plano Plurianual - PPA? \*

SIM     NÃO

4.1. Caso a resposta anterior tenha sido sim: Você acredita que essa ter sido previsto garante a execução das ações/programas?

SIM     NÃO

5. Na sua opinião a população do Semiárido tem maior carência por Políticas Públicas (ações/programas) específicas? \*

SIM       NÃO

5.1 Caso a resposta anterior tenha sido sim: Qual (quais) Política(s) Pública(s) (ações/programas)?

---



---



---

6. As ações/programas com as quais trabalha convergem com demais ações de outra área do governo? \*

SIM       NÃO

7. Na sua opinião qual(quais) o(s) principal(principais) desafio(s) para a integração de Políticas Públicas? \* (Pode ser marcada mais de uma opção)

Garantir recursos financeiros / orçamentários para a execução das ações / programas

Gestão / Governança intersetorial

Relação entre os atores sociais

Os aspectos culturais do público beneficiário

Outros: \_\_\_\_\_

8. A Política Pública com a qual trabalha dispõe de recursos financeiros/orçamentários provenientes de algum Fundo? \* (Entende-se por Fundo os recursos financeiros reservados especificamente para serem empregados em ações/programas direcionados para beneficiar os cidadãos).

SIM       NÃO

9. Faz uso de alguma ferramenta/instrumento que possibilite avaliar se as ações/programas com o qual trabalha provocou algum impacto no público/região beneficiada? \*

SIM       NÃO

10. As políticas públicas realizadas no semiárido refletiram de alguma forma no local? \*

POSITIVAMENTE       NEGATIVAMENTE